

# Contag quer reformular Código Florestal

*Confederação envia proposta amanhã para ministro José Sarney Filho*

**ROBERTO KISHINAMI**

Especial para o Estado

**A** Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) vai apresentar amanhã sua proposta de reformulação do Código Florestal Brasileiro ao Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e ao deputado federal Moacir Micheletto (PFL-PR), relator da comissão mista do Congresso, encarregada das mudanças na lei.

A Contag finaliza hoje seu documento-síntese de cinco encontros regionais, em que participaram representantes dos pequenos proprietários de todo o País. "Foi um processo longo, com participação ampla e orientado para a definição de propostas comuns", explica a diretora de Política Agrária e Meio Ambiente da Contag, Maria da Graça Amorim. Para ela, as propriedades rurais devem ser considera-

das pequenas, quando a sua área total somar até quatro módulos fiscais. Esses módulos variam de uma região a outra, ou ainda de um ecossistema a outro. No Rio Grande do Sul vão de 1,7 hectare a 26 hectares, enquanto na Amazônia vão até 45 hectares.

Para o assessor de política agrícola da Contag, Luis Vicente Farco, um dos resultados dos seminários é que as pequenas propriedades vão defender o direito de desmatar até 50% da sua área na Amazônia, 70% no cerrado e 80% nos demais biomas, como a mata atlântica e caatinga. As áreas não desmatadas, por sua vez, representariam a superposição de Áreas de Preservação Permanente (APP) e de reserva legal. A APP compõe-se das encostas de morros, nascentes e mata ciliar, enquanto as reservas são definidas por lei como cobertura vegetal que não pode ser desmatada, mas pode ser explorada economi-

camente.

Em 1997, uma comissão do Congresso, presidida pelo deputado federal Gilney Viana (PT-MT), encarregada de avaliar o impacto de madeiras internacionais no desmatamento da Amazônia, concluiu que as pequenas propriedades da região eram as principais fornecedoras de madeira ilegal para o mercado interno. Farco refuta Viana: "Nossos dados de campo

mostram que é a grande indústria madeireira que faz corte raso em áreas com planos de manejo florestal aprovados pelo Ibama. Esses planos servem para legalizar madeira obtida dessa

**P**ROPOSTAS  
SAÍRAM DE  
ENCONTROS  
REGIONAIS

maneira."

Lembrando que apenas 23% das áreas a proteger em terras particulares estão em pequenas propriedades, Maria da Graça pergunta: "Por que as grandes fazendas do Sul e Sudeste, que não têm sequer reserva legal, recusam-se a recompor até as APPs?"